

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Virada nas redes sociais deixou Lula animado

Gol nas redes reanima Lula na disputa

Pesquisas trecking realizadas pelo governo foram apresentadas esta semana a ministros no Palácio do Planalto. Elas apontam uma recuperação na popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva depois da virada de chave nas redes sociais conseguida nos últimos dias. Treckings são acompanhamentos rotineiros feitos com grupos menores de pessoas para consumo

interno. Precisaram ser confirmadas ainda de fato pelas pesquisas oficiais. Mas geraram grande animação no governo. E reanimaram Lula na corrida presidencial. Como o Correio Político mencionara, os seguidos reveses estavam fazendo o presidente considerar não disputar a reeleição para não correr o risco de terminar sua vitoriosa carreira política com uma derrota.

Redes

Os treckings são reflexos do desempenho do governo nas redes sociais depois da decisão de reagir à derrota sofrida no Congresso na questão do IOF. A confrontação fez a esquerda liderar pela primeira vez a batalha das redes, que a direita até então dominava.

Hashtags

Hashtags como “Congresso da Mamata” e “Congresso dos Ricos” passaram ao topo nas redes. Segundo a Quaest, 61% das menções críticas nas redes sociais eram ao Congresso até a quinta-feira (3). Milhões de pessoas foram alcançadas pelas diversas postagens.

Lula Marques/Agência Brasil



Hugo Motta admite cortar nas emendas

Governo avalia ter deixado oposição sem discurso

Após a análise dos treckings, a avaliação no governo é que o movimento nas redes tinha acuado a oposição no Congresso. Que se viu desmoralizada e momentaneamente sem discurso. Até então, toda negociação dura que o governo fazia com o Congresso ajudava a resultar numa onda de desgaste. Que fazia a oposição re-

petir os bordões de que o governo não seria austero, não saberia cortar gastos, repetindo que “a conta não fecha”. Neste momento, o governo teria conseguido reverter para o Congresso a responsabilidade de apontar onde cortar gastos e fazer com que a conta feche. A “mamata” agora estaria na conta do Congresso.

Emendas

O golpe foi tão sentido que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já admitia na sexta-feira (4) cortar nos próprios R\$ 50 bilhões de emendas parlamentares, até então consideradas intocáveis por quem mandava o governo cortar programas sociais.

Risco

De fato, virou, depois que se viu que mesmo Jair Bolsonaro, que o criticava, o manteve. Mas reforçou-se agora a impressão de que os programas sociais não são intocáveis. Há como colocá-los em risco. E a hipótese desse risco passa pelo comportamento do Congresso.

Social

No governo, há quem avalie que os movimentos a partir da derrota no IOF teriam voltado a fazer parte da população temer pela perda dos programas sociais. Até então, consolidara-se na população a impressão de o Bolsa-Família já tinha virado política de Estado.

Congresso

Se há um Congresso que não abre dos R\$ 50 bi de emendas e que aumenta seus próprios gastos com a história do maior número de deputados, isso significa que cortes acabarão tendo que ser feitos pelo governo em outras áreas. Que poderão ser saúde, educação e o social.

Decisão salomônica de Moraes é bem vista

Ministro do STF zera o jogo ao determinar conciliação

Por Karoline Cavalcante

A judicialização do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que revogou o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) da equipe econômica pode ter sido evitada como proposta de diálogo mais eficaz por parte dos envolvidos. Esse pode ser o resultado da decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender tanto os decretos do Executivo quanto do Legislativo, que vinham ampliando a crise entre os poderes. A avaliação é do cientista político Elias Tavares, em entrevista ao Correio da Manhã.

Com a determinação do relator, tomada na última sexta-feira (4), o STF também estabeleceu a realização de uma audiência de conciliação no dia 15 de julho. Devem participar representantes das Presidências da República, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, além da Procuradoria-Geral da República (PGR), da Advocacia-Geral da União (AGU) e das partes autoras das ações.

O parecer sustenta que há “fortes argumentos” para a suspensão feita, destacando que, além da independência entre os poderes, a Constituição também estabelece a importância da harmonia entre eles. “Inclusive porque esse indesejável embate entre as medidas do Executivo e Legislativo, com sucessivas e reiteradas declarações antagônicas, contraria fortemente o artigo 2º da Constituição Federal que, mais do que determinar a independência



Ton Molina/STF

Moraes determinou que os poderes se reunissem e se entendessem

dos poderes, exige a harmonia entre eles, como princípio básico e inafastável de nosso Estado Democrático de Direito em busca do bem comum para toda a sociedade brasileira”, diz trecho da decisão de Moraes.

Medida necessária

Tavares destaca que, embora o papel de mediador assumido pelo STF não seja o mais adequado em um cenário ideal, diante do impasse institucional, tornou-se uma medida necessária. “O encontro pode ser o ponto de virada, desde que Executivo e Legislativo assumam o protagonismo daqui pra frente. O Judiciário está abrindo espaço, agora é com eles”, explicou.

“O positivo é que ninguém sai diretamente prejudicado, e isso retoma àquele espírito de

entendimento que já tinha sido sinalizado lá atrás, no jantar na casa do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB)”, completou o cientista político, em referência à reunião realizada em 8 de junho entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os presidentes da Casa Baixa e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e líderes partidários. Na ocasião, o texto foi entregue e havia a expectativa de consenso. No entanto, não foi o que aconteceu.

Vitória?

As suspensões foram bem recebidas tanto pelo Palácio do Planalto quanto pelos parlamentares contrários ao aumento da alíquota do IOF. Ambos os lados passaram a tratar a decisão como uma vitória. Nas

redes sociais, Motta fez elogios: “A decisão do ministro Alexandre de Moraes evita o aumento do IOF, em sintonia com o desejo da maioria do Plenário da Câmara dos Deputados e da sociedade. Continuamos abertos ao diálogo institucional, com respeito e serenidade, sempre em busca do equilíbrio das contas públicas e do crescimento sustentável da economia”, disse. Do outro lado, Haddad afirmou que o relator busca delimitar constitucionalmente o papel de cada poder, o que classificou como “ótimo para o país”.

“Essas provocações que estão sendo feitas, as três decisões até aqui tomadas, vão no sentido do fortalecimento dos poderes da República e da delimitação da competência e prerrogativa de cada um”.

Edinho Silva deve ser o novo presidente do PT após eleição

Elza Fiúza/Agência Brasil



Edinho Silva perdeu eleição em Araraquara

O ex-prefeito de Araraquara (SP) e ex-ministro Edinho Silva, de 60 anos, deve ser eleito presidente do PT neste domingo (6) após uma disputa marcada por divergências internas e sob forte intervenção do presidente Lula. Até o fechamento desta edição, o resultado da votação não tinha sido divulgado.

Com um discurso conciliatório e voltado ao diálogo com forças políticas fora da esquerda, Edinho assumirá o comando do partido no momento em que integrantes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT e aliados caminham em sentido contrário, com ataques a expoentes do Centrão.

Reaproximação

Petistas apostam em Edinho como canal para reaproximação com os partidos aliados, lembrando que ele mantém boa relação com dirigentes de siglas da centro-direita, como os presidentes do PP, senador Ciro Nogueira (PI), e do PSD, Gilberto Kassab.

A expectativa é que Edinho vença no primeiro turno. Também disputam o comando do partido o deputado federal Rui Falcão (SP) e os dirigentes petistas Romênio Pereira e Valter Pomar.

3 milhões

De acordo com o PT, estão habilitados para votar cerca de 3 milhões de filiados. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) informa que há pouco menos de 1,7 milhões de eleitores filia-

dos ao partido, mas a sigla argumenta que os registros da Justiça são defasados e incompletos.

O atual presidente da sigla é o senador Humberto Costa (PE). Ele assumiu o cargo temporariamente depois que a deputada federal Gleisi Hoffmann (PR) deixou o posto em fevereiro para ocupar o cargo de ministra das Relações Institucionais.

Discurso

Apesar do expressivo favoritismo de Edinho, o discurso que prevalece hoje no PT é mais próximo do que pregam os adversários do ex-prefeito, que fazem parte de setores mais à esquerda da sigla.

Nas últimas semanas, o partido se unificou em torno do

discurso de pobres contra ricos e de disputa aberta do debate público com o bolsonarismo e com o Centrão. O próprio Lula instruiu seus aliados a adotar esse tom.

O movimento do presidente foi motivado pela série de derrotas impostas ao governo pelo Congresso, que barrou o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). A avaliação na cúpula do Executivo é que forças políticas de centro e direita anteciparam a eleição de 2026, agindo para enfraquecer o governo desde já e reduzir as chances de Lula ser reeleito no ano que vem.

Por essa leitura, segundo petistas, não restaria outra opção ao presidente senão fazer uma disputa direta por eleito-

res e estimular aliados a propagar ideias que unam ao menos seus apoiadores mais tradicionais. Na prática, o discurso mais moderado de Edinho foi atropelado pelo conflito entre petistas e as forças dominantes do Congresso.

Incoerência?

O ex-prefeito diz não haver incoerência. “O governo tem posição, e essa agenda muitas vezes é contraditória com a de boa parte dos líderes do Congresso, mas isso não significa interditar o diálogo e a capacidade de construção de pontos de unidade. Mas o presidente Lula não abre mão de debater com a sociedade brasileira”, afirmou Edinho.

Lula é o líder incontestado do PT, mas, mesmo assim, teve dificuldades para unificar seu grupo político dentro do partido – a corrente Construindo um Novo Brasil (CNB) – em torno do nome do ex-prefeito.

O presidente interveio pessoalmente na disputa, tendo participado de duras reuniões com a ala da CNB que resistia à perda de espaço.

Em março, o chefe do Executivo deixou, contrariado, um encontro que ocorria na casa de Gleisi após desafiar os participantes a apresentar um nome melhor para a função.

A reunião havia sido convocada por uma ala petista para convencer Lula a desistir de seu candidato, mas surtiu efeito contrário.

Catia Seabra e Caio Spechoto (Folhapress)